



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 12 DE JANEIRO DE 2011

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 20 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e OGE para o Ano Económico de 2011 referentes ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional

(Américo Ramos) em substituição do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, o Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Armindo Fernandes), em resposta às solicitações dos Srs. Deputados José Diogo (ADI), Jorge Correia (PCD) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 11 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**José da Graça Diogo**  
**Martinho da Trindade Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Alcino Martinho de Barros Pinto**  
**António Afonso Ramos**  
**António Neves Sacramento Barros**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Técnicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, em nome dos colegas da 2.ª Comissão, bem-vindos a todos.

Vamos iniciar a apreciação na especialidade da componente «Negócios Estrangeiros - Despesas». Quero recordar a VV. Excelências que, de acordo com a estruturação do Orçamento, temos a componente interna e a externa. E porque as questões estão, do meu ponto de vista, suficientemente claras, julgo que podemos passar directamente às preocupações e pedidos de esclarecimento, dúvidas e propostas dos Srs. Deputados.

Todavia, não retiro ao Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, em substituição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, a possibilidade de querer fazer algum remarque, caso seja necessário.

Caso não seja, passaria a palavra aos Srs. Deputados para colocarem as suas preocupações.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, se achar necessário.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, é só para dizer que estou aqui acompanhado de uma equipa técnica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades que, certamente, irá participar também no momento próprio e de acordo com as solicitações dos Srs. Deputados, algumas questões muito específicas do sector.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, podem colocar as vossas preocupações, dúvidas, pedidos de esclarecimento, propostas. Trata-se de um Ministério que tem cuidado da imagem e da política externa do País, abrindo portas à mobilização de recursos. Daí que os serviços têm que estar, devidamente, operacionais.

Não há questões? É um ministério fácil, consensual? Fico à espera das vossas inquietudes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo, para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para espelhar um pouco melhor alguma informação que tem a ver com o «Programa de reorganização diplomática». Em que consiste este programa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, para dizer que é intenção do Governo, no ano 2011, proceder a alguma alteração na estrutura diplomática do País. Portanto, pensa-se diminuir algumas representações, aumentar outras e criar algumas novas. Essas alterações implicarão alguma despesa, algum custo com o envio, ou repatriamento de alguns diplomatas, que serão afectados por esse processo de reorganização diplomática.

Então esta verba aqui, especificamente, é para dar cobertura a essas acções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, talvez nessa senda, entendi o sentido da reorganização, por ter falado nas novas missões e um pouco pensando na nova diplomacia económica que se pretende dar ao País, não sei se o Sr. Ministro está na posse de informações que poderiam nos apontar em que direcções serão reabertas novas missões.

**O Orador:** — Estou sim, mas, tendo em conta que me faço acompanhar de algumas entidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, passaria a palavra ao Sr. Secretário-Geral deste Ministério, Dr. Armindo Fernandes, para dar explicações mais detalhadas sobre o processo de reorganização diplomática.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Armindo Fernandes, para prestar esclarecimento.

**O Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Armindo Fernandes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que no essencial o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional deu resposta àquilo que é a reorganização diplomática.

Falando, concretamente, das alterações que poderão haver na nossa rede de cobertura diplomática, é intenção do Governo encerrar algumas missões diplomáticas, nomeadamente em Washington, concentrando a nossa representação a partir de Nova Iorque, como era antes.

Creio que estará também na cogitação do Governo a Embaixada em Abuja, que neste momento está desactivada desde a saída do anterior Embaixador. O Embaixador nomeado ainda não foi possível instalá-lo e há estudos que estarão a ser concluídos, que vão determinar o encerramento ou não dessa embaixada.

Estudos também decorrem para abertura de uma representação na República da Guiné - Equatorial. Entendemos que, pelas relações que temos neste momento e a que queremos ter com eles, justifica que se possa ter uma representação diplomática ali.

Finalmente, haverá abertura de uma representação na União Africana. Alguns passos já foram dados nesse sentido e há uma programação também de despesas, caso esta representação venha a ser aberta. Depois, talvez numa fase um pouco mais atrasada, estará a hipótese admitida pelo Sr. Primeiro-Ministro de abertura de um Consulado em Cabo-Verde. Portanto, estaremos numa fase em que tudo isso será estudado devidamente. Este é o quadro que existe neste momento.

Para concluir, relativamente à Bruxelas, haverá uma decisão do Governo em relação à redução do nível de representação. Temos uma embaixada que tem a frente um embaixador e o que se vai fazer é passarmos a ter uma representação junto da União Europeia e, provavelmente, não chefiada por um embaixador, mas sim por um chefe de missão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção.

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Sr. Presidente, gostaria de juntar a minha voz à rubrica 1104 «Pagamento de quotas aos organismos internacionais». São Tomé e Príncipe é qualificado como «não pagador das quotas». Filiamos-nos em muitas organizações. Gostaria de saber, à semelhança do que o Sr. Secretário-Geral nos brindou, em relação às missões diplomáticas, se têm, efectivamente, sediadas as organizações internacionais para as quais iremos pagar as quotas neste ano e como é que são?

Para o montante que vejo aqui e para a dúvida que dizem haver em relação ao não pagamento de quotas, se, efectivamente, este valor consegue minimizar a situação em epígrafe.

Depois, vejo também aqui «Reparação das viaturas», já falamos delas, dissemos que vimos noutros casos a questão de viaturas, não sabemos se elas devem ser mesmo reparadas para serem recuperadas, isto em relação à questão custo/benefício. Porque vejo aqui em baixo «Aquisição de meios rolantes». Já agora, também gostaria de saber quantas viaturas, mais ou menos, é que vão ser adquiridas, para termos a noção do nível de viaturas que vão ser compradas para Negócios Estrangeiros.

*A priori* são estes três aspectos, para começar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

**O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, à semelhança do que disse o Sr. Deputado Jorge Correia, vejo aqui na rubrica 3294 «Apoios às associações e actividades de 12 de Julho», gostaria de saber quais são essas associações, para ter mais pormenores.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção.

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Sr. Presidente, Já agora peço desculpas. Por acaso, tinha sublinhado isso. Isso dá uma média de 27,5 mil Euros, mais ou menos.

Sei que 12 de Julho, principalmente, quando chegarmos a esse período, o poder local e outras instituições são chamados para fazer a distribuição desse montante, não sei se é este tal montante, mas na verdade é que...

*Protestos do Sr. Armindo Fernandes.*

Ah não, penso que isso aqui deve ser no exterior, «Ministério de Negócios Estrangeiros - externo». Portanto, retiro o que estava para perguntar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro, para devidos esclarecimentos.

**O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional:** — Sr. Presidente, para dizer que a primeira questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, referente às quotas, é claro que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem alocado todas as instituições em que São Tomé faz parte e que tem que pagar as quotas. Esse montante representa o pagamento de algumas delas, porquanto o Governo pensa, tendo em conta a avultada dívida já existente pelo não pagamento dessas quotas, elaborar um programa de reescalonamento de algumas delas e pagá-las durante um certo tempo.

O montante de 10 milhões, claro que é para atendermos as principais, portanto, também tem que ser avaliada na óptica custo/benefício e os 10 milhões serão para pagar aquelas que são mais importantes neste momento. As outras serão, como disse anteriormente, renegociadas, reescalonadas, de forma que o Governo, a médio prazo, possa cumprir com as suas obrigações.

No entanto, há um quadro que podemos entregar a 2.ª Comissão, mas deixo algumas questões mais específicas para o Sr. Secretário-Geral nos brindar com alguns elementos que aqui não abordei.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral.

**O Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades:** — Sr. Presidente, complementando o que disse o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, fizemos um levantamento das dívidas do nosso Estado, relativamente às organizações internacionais das quais somos parte. O que apuramos até agora, é que o valor da nossa dívida acumulada se aproxima, quase, de 10 milhões de Dólares. A mais avultada é junto a Comunidade Económica dos Estados da África Central, a CEEAC, depois vêm as Nações Unidas e a Comissão do Golfo da Guiné.

Como disse o Sr. Ministro, e disse bem, nessa altura estaremos a negociar com todas essas organizações um programa de pagamento faseado dessas dívidas.

É verdade que o montante que o Ministério dos Negócios Estrangeiros programou para este ano 2011 é muito superior àquele que vem no projecto do orçamento, que está agora em apreciação. Mas compreendemos a situação que o País vive, naturalmente, e que não permite que seja alocada uma verba superior. Com este valor o que se vai fazer é pagar àquelas organizações onde já estamos com mais dificuldades. Nomeadamente, a ONU onde não temos direito de voto. Já no ano passado não tínhamos e tivemos que fazer recurso a um mecanismo, que a própria organização prevê, que permite que os Estados em dificuldade possam fazer as suas intervenções.

Portanto, vamos negociar com eles, também com a Comissão do Golfo e com a CEEAC, que são aquelas com as quais temos dívidas mais avultadas e veremos se estaremos em condição de recuperar o nosso direito de participação nessas organizações. É tudo quanto tenho a dizer sobre a questão das representações.

Relativamente às outras questões, foi colocada uma questão sobre a reparação das viaturas. O Ministério dos Negócios Estrangeiros dispõe de um parque de viaturas já muito usadas. Recentemente, procedeu à venda de algumas delas, outras continuam e precisam de ser reparadas.

Portanto, o valor que está inscrito se destina, justamente, a isso, à recuperação dessas viaturas, já que não se pode adquirir viaturas em quantidade que o Ministério está a precisar.

Virá depois a aquisição de viaturas. O valor programado destina-se à aquisição de duas viaturas, nomeadamente, para o sector administrativo e o de protocolo. São sectores que estão em défice, têm muitas exigências e não conseguem, nesta altura, corresponder a todos os pedidos.

Depois, houve uma questão de um dos Srs. Deputados sobre o «Apoio às associações e actividades de 12 de Julho». Bem, nalguns países, nomeadamente, no Gabão, em Angola e em Portugal, existem associações representativas da nossa comunidade e com as quais as embaixadas têm um relacionamento estabelecido.

Elas têm jogado um papel extremamente importante na mobilização da nossa comunidade e na divulgação da cultura sãotomense e muitas delas não têm meios para sequer funcionar. Razão pela qual incluímos um montante determinado para apoiá-las e também para as actividades de 12 de Julho, que é o momento onde elas, normalmente, se agrupam.

São essas razões que justificaram, digamos a inclusão desses valores no orçamento em apreciação.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Sr. Secretário-Geral, já agora, gostaria de perguntar-lhe: falamos sempre do turismo e do seu desenvolvimento, qual é a nossa relação com a OMT, neste quadro de pagamento de quotas?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, enquanto o Sr. Secretário-Geral consulta as suas cábulas, para uma questão de maior entendimento, nós, enquanto membros da 2.ª Comissão podemos acompanhar mais de perto, não sei se não era possível por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros fornecer-nos uma tabela com a estrutura das nossas dívidas em relação a essas organizações, por um lado.

Por outro lado, sei que hoje é quase consensual que todos os países devem pertencer às principais organizações internacionais existentes, no caso concreto do nosso país, não só as organizações internacionais mundiais como a ONU, continental como a União Africana e Regional como a CEEAC e a

Comissão do Golfo. Quero confessar um pouco a minha ignorância nisto, e é novidade de que, na estrutura da nossa dívida com essas organizações, a CEEAC aparece em primeiro lugar e a Comissão do Golfo em terceiro lugar.

É verdade que não podemos estar desligados do mundo. É uma pergunta que vou fazer que pode parecer caricato. Qual é o benefício que a gente tira estando neste CEEAC, estando com tanta dívida? Não podemos ser observadores? Sei que é de natureza política, que não tem apenas a ver com o actual governo, estamos nisso já há anos, ou décadas.

Mas a minha preocupação é: porquê acumular tanta dívida se, de facto, os benefícios directos dessa nossa inserção nesta comunidade só nos leva a ter mais - vou usar a expressão «prejuízos» -, o acumular de dívidas? Porque não tenho a dimensão dos benefícios práticos da nossa inserção nela.

Portanto, é uma questão que gostaria que me pudesse dar alguns elementos para diminuir a minha dúvida nesse domínio.

Sr. Ministro, tem a palavra.

**O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional:** — O Sr. Presidente, propriamente, disse que o carácter da participação de um país nessas organizações tem a ver com a nossa integração no meio onde inserimos e também naquilo que deve ser a nossa política de relação com outros Estados. É uma coisa que não podemos descorar, porque sozinhos também não podemos sobreviver.

Em relação aos custos/benefícios pode ser que não seja uma coisa que se possa medir, mas estou convicto de que há benefícios que tiramos, sem conseguir medi-los, realmente, em termos de valor.

No entanto, sendo esta matéria um pouco ligada às relações exteriores, com a sua permissão, vou dar a palavra ao Sr. Secretário-Geral para fazer alguns comentários.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral.

**O Sr. Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades:** — Sr. Presidente, queria antes responder à pergunta que foi colocada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, relativamente à dívida perante a Organização Mundial do Turismo (OMT).

Creio que até 2009 tínhamos uma dívida acumulada de 500 000 Euros. É um valor que foi sendo acumulado ao longo dos anos, porque o valor anual é de, aproximadamente, 20 000 Euros. Portanto, isso quererá dizer que ao longo de muitos anos não se pagou...

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Nunca se pagou?

**O Orador:** — Sim, provavelmente, nunca se terá pago e que fez acumular esse valor e atingir o valor que temos agora, presentemente.

Quanto aos benefícios, creio que, no essencial, o Sr. Ministro das Finanças já terá respondido. Não tenho como quantificar nesta altura, os benefícios, mas, tratando-se de uma organização regional, creio que o País terá sempre benefícios em integrar a sub-região onde está inserido.

Essa integração que creio que corre ainda nos dias de hoje, que estão previstos mecanismos de aprofundamento dessa integração regional, nomeadamente no âmbito da segurança colectiva, creio que há passos muito importantes que estão a ser dados e que, provavelmente, vão trazer benefícios para o nosso país que, sendo ilha, terá muitas dificuldades em se inserir. Mas não parece que haja outro caminho.

A questão que acho que deve ser colocada é relativamente a duas organizações que são muito importantes, que é a CEEAC e a Organização da Comissão do Golfo da Guiné. O nosso país também aderiu, muito recentemente, e, em muitos aspectos, os objectivos das duas organizações coincidem. Embora a Comissão do Golfo tenha uma valência mais virada para a gestão dos recursos que existem na sub-região, mas qualquer uma delas, obviamente, tem a sua importância geoestratégica para o nosso país.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos continuar. Estão cansados? Não podem demonstrar essa fraqueza.

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Desde que o senhor não esteja, como Presidente e está à cabeça...!

**O Sr. Presidente:** — Estou à espera que VV. Excelências coloquem questões.

É verdade que estamos a ver questões de um ministério que, em regra geral, não é polémico, a tradição mesmo da Casa na apreciação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, muitas vezes, é apenas o reforço de verbas e não de questionamento de rubricas.

Não sei se há propostas dos Srs. Secretário-Geral e Director Administrativo e Financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ex - Director de Gabinete, veria com muito gosto se VV. Excelências propusessem reforço de verbas ao Ministério, sobretudo nalgumas componentes.

Sobre a questão de viaturas, o esclarecimento foi feito. Regra geral, o Governo, muitas vezes, vai buscar viaturas neste ministério para atender a alguns membros da equipa. Sei que, neste momento, o Sr. Ministro das Finanças

parece que tem uma viatura que é deste ministério e esperemos que após as novas aquisições o Ministério veja reforçado o seu parque. Meus caros, não há mais questões?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, é apenas para meu esclarecimento, aqui na parte externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros diz «Missões no exterior», são missões entre as diferentes embaixadas que estão no exterior?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim, sim.

O **Orador**: — «Reabilitação e apetrechamento de representações diplomáticas» tem uma média de 204. 000 Euros, vem da Guiné -Equatorial, enquanto «Construção de novo edifício e ampliação» vem de Portugal.

Creio que são estratégias próprias, quer do Ministério de Finanças, quer dos Negócios Estrangeiros, mas sei que em Portugal há situações dramáticas, inclusive, algumas casas que foram adquiridas para apoiar doentes, etc., estão no estado de abandono. Será que este dinheiro vai ser destinado a reabilitação dessas casas?

Gostaria de saber porque temos situações muito conflituosas, principalmente, com os doentes que vão a Portugal, que depois há alguns que vivem até nas pensões e, creio, alguns até na própria embaixada tem que pagar. Para meu esclarecimento, gostaria de saber se essa rubrica 2929, se é realmente destinada, particularmente, para Portugal. Sei também que em Gabão há uma casa com problemas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, antes de dar resposta a esta questão, talvez uma questão também de esclarecimento, gostaria de saber se se trata mesmo de construção de um novo edifício. Aqui está depois ampliação.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, para dizer que o projecto 2929 refere-se à reabilitação de algumas infra-estruturas a nível de Portugal e Angola.

Referiu-se a algumas infra-estruturas existentes que estão abandonadas, mas elas já foram alienadas, portanto, a casa de Sassoeiros, e permitiu também resolver a questão do outro apartamento que estava sob hipoteca. Portanto, com a alienação de um, conseguiu-se cobrir o outro.

Agora, só temos a questão da residência do Restelo. Claro que o montante não é suficiente para fazer toda a reabilitação, mas aqui temos uma parte que é para dar início ao processo da sua reabilitação, e a outra que é para a residência do embaixador em Angola, que está num estado avançado de degradação e é preciso estancar aquilo e começar o processo de reabilitação, a médio prazo.

A questão do edifício do MNEC, é ampliação e não construção. Aliás, esse projecto vem já desde o ano passado, ele refere-se à ampliação do edifício, indo um pouco atrás da Comissão Eleitoral Nacional.

Há um espaço ali para onde vai ser alargado esse ministério. São dez gabinetes e algumas salas de reuniões. Já houve o lançamento da primeira pedra, já houve o desbloqueamento de 30% e aqui estamos a falar da continuação da ampliação.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Quer dizer que aquela ideia de apoiar os doentes, e não só, no que toca a habitação em Portugal morreu? Porque se há uma casa que foi alienada, haverá outras? Estou a perguntar isso por causa das reclamações que a gente houve, particularmente, em Lisboa, no que concerne ao alojamento dos doentes.

O **Orador**: — De qualquer forma, para dizer que a casa de Sassoeiros foi adquirida com este objectivo, mas ela nunca serviu para tal, tendo em conta que tratava-se de uma habitação normal e não tinha as condições suficientes para albergar todos os doentes que temos aí.

Os apoios continuam, estão no Ministério da Saúde. Há uma transferência mensal que é feita deste Ministério para os doentes em Portugal.

Mas, queria também aqui juntar a minha voz à do Sr. Deputado e lhe dizer que esta é uma questão bastante crítica e polémica, que mereceria outra discussão. Desde a situação em que os doentes se encontram em Portugal, o envio dos doentes daqui para lá, a responsabilidade que a Embaixada tem e não devia ter com esses doentes.

Portanto, acho que é uma questão um pouco mais abrangente e que seria uma discussão que devíamos ter, não só ao nível do Orçamento, mas também ao nível de opções. Mesmo a própria Assembleia poderá inquirir e solicitar ao Governo informações e juntos vermos como darmos a volta à situação.

É uma situação recorrente que, cada dia que passa, vai se complicando.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se estão devidamente esclarecidos, se não há outras questões a serem colocadas, como fizemos em relação aos outros sectores, posso considerar encerrada a discussão?

*Murmúrios.*

O Sr. Deputado Jorge Correia já não tem mais questões?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Ministros, não havendo propostas de alteração ao orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, no capítulo «Despesas correntes e de investimentos», quer na componente interna como na externa, vamos considerar adoptado, por consenso, também este sector.

Agradeço a presença dos senhores colaboradores do Ministro dos Negócios Estrangeiros e a presença do Sr. Ministro interino.

Vamos fazer mais um intervalo para depois recebermos o Sr. Ministro da Defesa.

Espero que os serviços de apoio logístico estejam operacionais para não perdermos muito tempo.

Convido os Srs. Ministros a tomar um café, no quadro dos parclos recursos disponibilizados pelo Sr. Ministro das Finanças.

*Risos gerais.*

*Encerrou-se a reunião às 12 horas.*